

**18º. Congresso Brasileiro de Sociologia**

26 a 29 de Julho de 2017, Brasília (DF)

GT 22: Movimentos Sociais Contemporâneos

**Guerreiras de luta: mulheres que militam pelos direitos dos idosos**

Beatrice Cavalcante Limoeiro

Doutoranda pela Universidade Federal do Rio de Janeiro

## **Introdução**

O objeto de investigação desta pesquisa consistiu em um primeiro momento na análise da relação entre o Estado, ciência e sociedade, com seus diferentes agentes e serviços, e a população idosa. A pesquisa pretendia aprofundar a compreensão sobre as formas de ação do Estado e seus impactos sobre a vida e a experiência de envelhecimento da população com 60 anos ou mais na cidade do Rio de Janeiro.

Partindo do entendimento de que o Estado ajuda a consolidar e legitimar o problema social da velhice (LENOIR, 1998). É o Estado a instituição de poder que, através de seus agentes e das suas diversas formas de atuar, irá buscar soluções, promover regulamentações, direitos, políticas e tecnologias para lidar com este novo problema.

Cada sociedade, em determinado momento, elabora seu próprio corpo de problemas sociais legítimos, dignos de serem discutidos, públicos, oficializados e, por vezes, garantidos pelo Estado. A velhice é um destes “problemas” legítimos atualmente na sociedade brasileira, vide as tentativas governamentais em delimitar e atender o que seriam as demandas daqueles que vivem esta realidade socialmente construída. Remi Lenoir (1998) explica o processo pelo qual a velhice passa de um problema individual ou do âmbito familiar para se tornar uma questão pública, um problema social das sociedades ocidentais, a partir do final do Século XIX. O autor argumenta que o que é constituído como problema social varia segundo as épocas e as regiões e pode até mesmo chegar a desaparecer como tal.

O campo que compõe esta pesquisa consistiu em um primeiro momento em serviços e ações voltadas para a população idosa, selecionados dentro de uma ampla rede de associações, políticas e programas. Nesta pesquisa os espaços selecionados para pensar a relação entre Estado, ciência, sociedade e velhice são: o Fórum Permanente da Política Nacional e Estadual do Idoso no Estado do Rio de Janeiro (Fórum PNEIRJ), o Conselho Estadual de Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa - CEDEPI, programas da Secretaria Municipal de Envelhecimento Ativo, Resiliência e Cuidado - como o Rio ao Ar Livre (RAL) – e Subsecretaria Estadual de Envelhecimento Saudável e Qualidade de vida.

Ao longo do trabalho de campo, o foco da pesquisa foi se modificando, devido às novas evidências e questões encontradas. O Fórum Permanente da Política Nacional e Estadual do Idoso no Estado do Rio de Janeiro (Fórum PNEIRJ) surge como espaço central para compreender a

participação de representantes da sociedade civil na disputa de legitimidade sobre quem sabe e quem pode dizer qual é a demanda da população idosa. Dentro deste espaço destacam-se mulheres com históricos e trajetórias singulares que as tornam lideranças da sociedade civil pela causa dos idosos, atuando em espaços como o Fórum, o Conselho Estadual de Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa do Rio de Janeiro (CEDEPI) e Associação Nacional de Gerontologia – Rio de Janeiro (ANG-RJ).

Foi se mostrando cada vez mais interessante e instigante compreender a trajetória de vida das mulheres que fazem parte destas instituições, que são espaços de defesa, avaliação, controle e discussão de direitos e políticas públicas para idosos. Neste sentido, o objetivo principal da pesquisa é responder à pergunta: Como se constrói um militante pelos direitos dos idosos?

Utilizando como metodologia de pesquisa a teoria ator-rede (LATOUR 1998), investigando os caminhos percorridos, bem como a atuação, participação e redes de relações estabelecidas por estas mulheres, esta pesquisa busca compreender quem são estas mulheres, onde e como atuam militando pelos direitos dos idosos, com que outros espaços e agentes disputam, que discursos produzem sobre a velhice e suas necessidades e como se relacionam com a população idosa de maneira geral.

A pesquisa se tornou possível principalmente através da frequência e observação nas reuniões do Fórum Permanente da Política Nacional e Estadual do Idoso no Estado do Rio de Janeiro (PNEIRJ) e do Conselho Estadual de Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa (CEDEPI), além de outros eventos organizados ou frequentados pelo grupo de mulheres investigado. Além disso, outra importante fonte de dados tem sido as conversas informais e entrevistas com os pesquisados.

### **O Fórum Permanente da Política Nacional e Estadual do Idoso no Estado do Rio de Janeiro (PNEIRJ)**

O Fórum Estadual é um espaço da sociedade civil para acompanhamento de políticas públicas e direitos de idosos. Foi criado em 1996 com a proposta de ser um espaço aberto e amplo, uma “escola de cidadania e politização”, conforme consta em sua descrição. Nesta mesma descrição, o Fórum Estadual é citado como:

“um espaço de articulação política e mobilização de organizações da sociedade civil na perspectiva de protagonização e participação social por conquista e defesa dos direitos da pessoa idosa e orienta-se pela PNI, pelo Estatuto do Idoso e pela Carta do Ceará<sup>1</sup>”.

O Fórum Estadual, coordenado por representantes da sociedade civil, como sindicatos e organizações, se propõe a sensibilizar a sociedade e combater formas de discriminação ao idoso, propor leis, ementas, medidas, às três esferas do poder público, promover encontros entre os fóruns e elege os membros não-governamentais do Conselho Estadual de Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa – CEDEPI. Compõem o Fórum Estadual representantes de instituições laborais, filantrópicas, religiosas e científicas, como: a Associação Nacional de Gerontologia, Associação de Metroviários Aposentados e Pensionistas do Estado do Rio de Janeiro, Associação de Parentes dos Aposentados de Furnas, Associação Santo Antônio dos Pobres de Itaperuna, Centro Brasileiro de Cooperação e Intercâmbio de Serviços Sociais, Círculo de Trabalhadores Cristãos, Federação das Associações dos Aposentados e Pensionistas do Estado do RJ, Instituto Vivendo de Desenvolvimento Integral da 3ª idade, Movimento de Mulheres em São Gonçalo, dentre outros.

Em março de 2016 comecei a procurar o contato do Fórum, encontrei o endereço das reuniões e o e-mail através do site do Núcleo de Pesquisa e Extensão sobre Políticas Públicas, Espaço Público e Serviço Social - NUPESS da Universidade Federal Fluminense - UFF. Durante alguns meses fui ao endereço indicado, enviei e-mail e tentei contato ao telefone sem sucesso. O espaço aberto do Fórum não se mostrou muito acessível a uma pessoa de fora do círculo de relações do mesmo. Em Junho de 2016, a presidente do Fórum entrou em contato comigo por e-mail, devido a um contato que eu fiz através do Fórum Nacional. A partir de Julho de 2016, passei a frequentar as reuniões mensais – toda primeira quarta do mês – do Fórum Estadual.

Na ocasião do meu primeiro contato com a presidente do Fórum, sou informada de que havia um novo endereço para as reuniões, devido às dificuldades de se manterem em um prédio que estava passando por um processo de descaso e desalojamento do estado. Em agosto de 2016, as reuniões

---

<sup>1</sup> A carta do Ceará é um documento proveniente do I Encontro Nacional de Fóruns Permanentes da Sociedade Civil de Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa, que tem por objetivo articular os Fóruns, torna-los permanentes e fortalecer a luta por um envelhecimento com direitos e dignidade.

voltaram a ser realizadas no prédio da “PALONG”, resultado do empenho das diversas organizações sociais que têm sede no prédio para que o mesmo continue em funcionamento. Essas organizações se uniram para pagar as despesas do prédio, como luz, manutenção de elevador e porteiro, em uma resistência e luta política contra o desalojamento do mesmo.

A primeira reunião que estive presente ocorreu no local provisório, o auditório do Sindicato dos Trabalhadores do Serviço Público Federal do Estado do Rio de Janeiro – SINTRASEF. A reunião contou com maioria de idosos, geralmente aposentados, majoritariamente mulheres.

A reunião começou com a leitura da ata da reunião anterior, pela secretária do Fórum. Toda reunião conta com uma ata, geralmente enviada pela presidente aos membros do Fórum por e-mail no dia anterior, em que cada tópico é colocado em ordem para discussão. Cada reunião conta com um lanche, com café, refrigerante, biscoitos e bolos organizados pelos membros do Fórum. Em toda reunião, durante a discussão, a tesoureira do Fórum passa com uma sacolinha, pedindo doações aos presentes para um fundo financeiro que tem por objetivo possibilitar as atividades do grupo. A quantia a ser depositada é livre.

Neste primeiro contato, foi pedido que eu me colocasse à frente de todos e me apresentasse, explicasse quem era, qual instituição representava e qual meu interesse em estar frequentando o Fórum. A apresentação foi agradável e muitos idosos ali presentes se mostraram solícitos e curiosos sobre a pesquisa. Nesta ocasião, discutiram sobre o que teria sido o sucesso do ato do dia 11 de junho de 2016, organizado por eles para o dia da conscientização da violência contra o idoso, em Copacabana, com distribuição de panfletos e exemplares do Estatuto do Idoso para o público; e sobre a organização do 8º. Encontro Nacional de Fóruns da Política Nacional e Estadual do Idoso – que acontecerá em novembro no Rio de Janeiro – com outro ato marcado para o último dia de encontro, com o tema “Idoso – erga sua bandeira!”.

É discutido o local do evento, aspectos organizacionais, alojamento, transporte, infraestrutura do local e objetivos do encontro. Segundo a presidente do Conselho, o Encontro teria como principal objetivo reunir as lideranças, as principais figuras representativas dos Fóruns. Não é objetivo abrir ao público geral ou “encher de gente”. O motivo para tal recorte de público se daria pela necessidade de preparar as lideranças, dar-lhes mais fundamentos para atuar em seus respectivos Fóruns. Nas reuniões que presenciei, foi muito comum ouvir reclamações sobre membros de outros Fóruns e

Conselhos, sobre seu despreparo para discutir políticas públicas e direitos para idosos. “Não sabem a diferença entre moção e proposta!”, disse uma participante.

Nessa mesma ocasião, colocou-se em pauta um projeto de lei que está tramitando pela câmara dos vereadores do município do Rio de Janeiro. O projeto é do Vereador Marcelo Piuí e prevê a criação de um Conselho Tutelar para idosos. A notícia foi recebida com muita indignação pelos presentes na reunião do Fórum, que apontam diversas falhas legais e conceituais no projeto. Uma idosa afirmou: “ele ‘chutou o balde’ fazendo isso aí, fez de qualquer maneira”. Alguns idosos apontaram ainda o projeto como “preocupante”, pois entraria em choque com os princípios postulados pelos Fóruns, Conselhos e pelas Secretarias voltadas ao envelhecimento. Para os idosos presentes seria um risco imaginar que a partir de 60 anos, quando considerados idosos legalmente, poderiam ser tutelados, “empurrados” por suas famílias.

A discussão e revolta contra o projeto de lei foi acalorada durante a reunião. Os idosos discutiram sobre a possibilidade do projeto ser aprovado, comentaram que é apenas um projeto “eleitoreiro”, sem preocupação com as reais necessidades dos idosos, acrescentam: “não vamos aceitar isso de jeito nenhum!”. Desta discussão tiraram uma deliberação de organizar uma comitiva e procurar o vereador, em conjunto com o Conselho Estadual e Municipal e Fórum Municipal para dissuadi-lo do projeto.

Na segunda reunião que estive presente o local da reunião voltou à sede original, o prédio da “PALONG”, causando confusão em alguns outros membros do Fórum que não haviam sido avisados previamente. O prédio é sede de diversas ONG’s. O prédio apresentava aspecto de abandono, com salas lacradas, pouco movimento e manutenção.

Na reunião foram discutidas as incertezas sobre a situação da antiga Secretaria Estadual de Envelhecimento Saudável e Qualidade de Vida. Como vai funcionar? Quais serão suas atribuições e atuações? A situação parecia ainda confusa para os idosos presentes; anunciaram um curso gratuito de formação política oferecido pela Fundação Getúlio Vargas – FGV-RJ. A secretária do Fórum declarou que já participou do curso e recomendou a todos os presentes, ou delegados, que façam o mesmo para que possam ter uma boa atuação em Fóruns, Conselhos e quaisquer outros espaços políticos.

Durante a reunião, foi realizada uma votação para decidir se voltam a realizar suas reuniões no antigo espaço, sala da Associação Nacional de Gerontologia – ANG, no Prédio da “PALONG”, ou se continuam no auditório do SINTRASEF. Alguns levantaram a necessidade de ocupar o prédio, para mostrar que existe um movimento, com demanda, “lutar pelo espaço”, nas palavras de uma representante da ANG. O prédio estaria sob ameaça de venda e desocupação das ONG’s e associações que a ocupam atualmente. Para esses idosos é preciso resistir ao eminente despejo.

Ao final das reuniões, abriu-se espaço para informes gerais dos delegados/membros do Fórum. Os assuntos foram livres e os mais diversos possíveis. Um representante do SINTRASEF alertou para os perigos do governo de Michel Temer para os direitos dos idosos.

“temos que estar atentos com esse governo aí. Está cheio de projeto de lei que não nos são favoráveis. As perdas maiores vem para nós, aposentados. Não vai ter recomposição de salário. (...) Fazem ‘negociatas’ enquanto o trabalhador dorme. E a grande imprensa ainda coloca o povo contra nós”.

Outro idoso anunciou o lançamento de um livro sobre o movimento sindical dos trabalhadores do Banco Central e o estado de greve dos metroviários do Rio de Janeiro. Uma idosa do Fórum do município de Itaperuna deu notícias do andamento do Fórum e das ações em sua cidade. Os anúncios se perderam no clima mais descontraído e conversas informais no final da reunião, sendo necessário que os anunciantes reclamassem por silêncio. Outro idoso abriu o “Jornal Expresso” e comentou a notícia sobre os tuítes preconceituosos da celebridade contemporânea “Mc Biel”. Dentre eles, um foi sobre não querer dar lugar aos idosos, que seriam desocupados, em palavras rudes e ofensivas do rapaz. O comentário gerou indignação entre os idosos. “Os jovens não estão nem aí para a gente. Vão ‘passar o rodo’ na gente”, comentaram com tristeza.

Em um destes momentos informativos foi lida uma carta-manifesto do Conselho Nacional de Defesa dos Direitos das Pessoas Idosas contra o projeto de lei que prevê a criação de um Conselho Tutelar para os idosos na cidade do Rio de Janeiro. A carta destaca que o projeto não encontra respaldo na constituição, que atropela algumas incumbências dos conselhos e que se equivoca ao dizer que idosos podem ser tutelados. Segundo os redatores da carta, o termo só se aplicaria a

menores de idade, incapazes e ter 60 anos não seria sinônimo de invalidez e em nada prejudicaria a capacidade civil de uma pessoa. A carta ainda destaca que a ideia de se criar um conselho tutelar para idoso vai de encontro com a ideia de promoção de protagonismo e autonomia do idoso, previsto na Política Nacional do Idoso. Eles ressaltaram que a demanda dos idosos seria por reconhecimento e implementação de direitos, pelo fortalecimento dos conselhos e dos equipamentos já existentes de atendimento como os Centros de Referência de Assistência Social - CRAS e Centro de Referência Especializado de Assistência Social – CREAS.

O trabalho de campo ainda em andamento no Fórum Estadual possibilitou perceber os grupos diferenciados de idosos que compõem o mesmo, que são maioria de mulheres. São idosas aposentadas que exercem na prática o papel de protagonistas que lutam, discutem, propõem e reivindicam direitos. Aproveitam e fazem uso da ideia propagada pelas políticas públicas da necessidade da independência do idoso. Mais do que isso, essas idosas fazem políticas, enquanto representantes da esfera da sociedade civil. Não são apenas usuárias de serviços ou meras “ovelhas desguarnecidas” a serem guiadas por uma instância governamental.

Além disso, o fato do fórum ser composto de maioria feminina contraria a ideia presente em pesquisas sobre velhice de que na velhice apenas os homens estariam engajados na militância por seus direitos e de que as mulheres estariam mais envolvidas na participação de grupos de convivência (SIMÕES, 2009).

### **O Conselho Estadual de Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa – CEDEPI**

O Conselho Estadual, assim como o Fórum Estadual, foi criado em 1996. O Conselho Estadual tem caráter público e é “um órgão normativo, consultivo, deliberativo e fiscalizador da Política Estadual da Pessoa Idosa, de composição paritária entre governo e sociedade civil, no âmbito da União, Estados, Municípios e Distrito Federal”, conforme consta em sua descrição. É uma instituição que tem por finalidade a garantia e fiscalização de direitos.

A história do Fórum Estadual e do Conselho Estadual se confundem, embora sejam espaços com diferentes atribuições e funções. A relação entre os dois espaços é perceptível a princípio pelo grupo - ou parte dele - que frequenta e participa das duas reuniões. Em certa ocasião, em um evento promovido pela Associação Nacional de Gerontologia, uma representante falou que aquele grupo se



alterna nas funções entre Fórum e Conselho Estadual. Ora, uma pessoa é presidente do Fórum, ora do Conselho, assim trocando, tentando dar conta e participando destes espaços.

Com a criação da Secretaria Estadual de Envelhecimento Saudável e Qualidade de Vida em 2013, o Conselho Estadual passou a ficar submetido a esta secretaria. A partir do ano de 2016, com a extinção da Secretaria, o Conselho Estadual passa por alguns problemas de sede para suas reuniões, ficando submetido à Secretaria Estadual de Saúde.

Minhas primeiras tentativas de contato com o Conselho Estadual não encontraram sucesso. Foi a partir do encontro com Dona Paula<sup>2</sup>, ex-presidente do Conselho Estadual e funcionária da extinta Secretaria Estadual, que consegui obter informações sobre a atuação e local das reuniões do Conselho Estadual.

O Conselho se reúne toda segunda terça do mês. Desde o início de 2016, o Conselho se encontra sem lugar, já que sua antiga sede, localizada em um prédio do estado do Rio de Janeiro no Méier, foi desalojada. Desde então, as reuniões têm acontecido em um auditório da Secretaria Estadual de Trabalho e Renda - SETRAB, no Centro da cidade do Rio de Janeiro. O ambiente é luxuoso, bem refrigerado, com um balcão e uma recepcionista, e com fotos do governador afastado Luiz Fernando Pezão em prateleiras. É possível perceber que se trata de um local privilegiado dentre as instâncias do governo estadual do Rio de Janeiro.

A reunião de Julho de 2016 começou com 20 pessoas, sendo metade delas idosas. O sentimento geral no Conselho Estadual parece ser de instabilidade sobre as ações para as pessoas idosas e de uma sensação de que “tudo pode mudar”, nas palavras de uma conselheira presente. Instabilidade diante da anunciada falência do estado do Rio de Janeiro, extinção da Secretaria Estadual, falta de recursos nas secretarias e mudança de governadores.

O primeiro ponto de discussão, a partir da leitura da ata da reunião anterior, foi sobre os Anais da 4ª. Conferência Nacional dos Direitos da Pessoa Idosa, ocorrida em Abril de 2016, em Brasília. Os conselheiros presentes na reunião indagaram as deliberações do encontro. “Como sempre, pegam o que a gente discute no encontro e depois transformam em outra coisa”, declarou uma idosa sobre a deliberação da criação de um “Observatório do Idoso”, que causou dúvidas a todos os presentes na

---

<sup>2</sup> O nome citado da pesquisada em questão não é verdadeiro, foi trocado a fim de preservar a sua identidade e privacidade.

reunião. “O que é isso? Isso não foi discutido na Conferência. Prefiro pensar que foi erro de digitação! Temos que reclamar, isso não foi discutido. Não reconhecemos esse item”.

Em seguida, foi lida uma avaliação sobre as opiniões de conselheiros de diversas regiões do país sobre a Conferência Nacional. A delegação enviada para representar o Rio de Janeiro foi elogiada pelo preparo que demonstrou durante o evento. Os presentes na reunião falaram sobre a necessidade de preparar, instruir e formar os representantes/conselheiros de todos os estados.

Com as mudanças de sede e entidade responsável pelo CEDEPI, ficou estabelecido um novo endereço de referência para as reuniões mensais do Conselho, em um prédio da Secretaria Estadual de Saúde, no bairro do Maracanã e, como observou uma idosa presente na reunião: sem escadas. “Como pode um conselho para idoso em um lugar sem escadas?”. Segundo depoimento de Dona Paula, apenas o gabinete do secretário da extinta Secretaria estaria “muito bem instalado” no Centro de Estudos e Pesquisa sobre Envelhecimento – CEPE, os demais funcionários da secretaria estariam aguardando para saber o que lhes iria acontecer.

Uma conselheira declarou que a crise deveria funcionar como um reforço, “um empurrão para lutar com mais garra pelos direitos dos idosos”. O descontentamento de Dona Paula com as mudanças, a falta de recursos e as deliberações da 4ª. Conferência Nacional (evento que ela não pôde ir, por falta de recursos da extinta Secretaria Estadual) foi perceptível. Ela declarou: “É um descaso. Baixaram o decreto e não comunicaram a ninguém, nem à Secretaria Estadual de Saúde”. Sobre a Conferência, ela disse:

“Eu não sei o que esse pessoal foi fazer em Brasília, sinceramente. Cadê as modalidades de atendimento ao idoso? Violência contra o idoso? O que aconteceu? O que já foi feito? A Política Nacional do Idoso não aparece. Aparece tudo em perspectiva de mudança. É um processo de retrocesso sobre políticas para pessoa idosa, a nível de estado e nacional. Aí me veem esses artigos idiotas dizendo que daqui a não sei quanto tempo seremos muitos idosos, em tom de terrorismo.”

Uma pessoa interrompeu: “Aí, vem me falar de envelhecimento ativo e saudável! É isso?”. Outra pessoa complementou: “Não vamos admitir que idoso é questão de saúde, só porque está no fim da vida. Não existe política pública para idoso, é tudo eleitoreiro. Nada acontece. Temos que propor aqui [no Conselho Estadual], temos capacidade e qualquer governador vai ter que aceitar.” A discussão continuou: “Gosto do trabalho de vocês aqui, é honesto. Vocês levantam uma bandeira e ninguém escuta.” Dona Paula complementou: “É, falamos para as paredes. E os outros municípios? Estão de acordo com essas deliberações [da 4ª. Conferência Nacional]. Só o Rio de Janeiro não concorda? É sempre a gente que ‘puxa o carro’? Essas propostas são horrorosas. Estamos em um processo de retrocesso geral de direitos”.

Outro tópico de discussão foi a proposta de destinação de 2% dos lucros de casas lotéricas para políticas públicas para idosos, deliberada durante a 4ª. Conferência. Os presentes na reunião expressaram dúvidas sobre a viabilidade da proposta. Uma conselheira argumentou:

“As propostas têm de ser bem discutidas, senão ‘pagamos mico’. Deliberações não são projetos de lei, se passar pela mão de alguém responsável, não vai vingar. O pessoal de outros municípios e estados são despreparados, sem visão política. Devemos esclarecer e discutir como conselho, para não repetir erros”.

Assim como aconteceu em reunião do Fórum Estadual, foi discutido o Projeto de Lei que prevê a criação de Conselho Tutelar para o Idoso. Para os conselheiros presentes, trata-se de um projeto “eleitoreiro”, e que “se bobear, acaba sendo aprovado”. O projeto prevê o “amparo de idosos no convívio de seus lares”, tutela para o idoso que sofrer violência doméstica, penalização e fechamento de instituições. Os conselheiros riram do projeto de lei mal formulado, mas reconheceram a necessidade de atuarem para que o mesmo não seja aprovado. “Temos que ir até ele, no vereador. Tem que marcar uma audiência, senão vai ser levado com produto eleitoreiro”. Uma votação foi realizada para decidir se contestam ou não o projeto, a rejeição ao projeto prevaleceu e ficou decidido a elaboração de um documento explicitando os motivos. Para os conselheiros, o projeto demonstra o

desconhecimento do vereador sobre os serviços já existentes, que podem cumprir os mesmos objetivos do Conselho Tutelar.

### **Considerações Finais**

Nos espaços do Fórum Estadual e Conselho Estadual, observamos um grupo de idosas que se mobilizam e lutam por seus direitos. Apresentam comportamento politizado e ativo na luta pelos direitos dos idosos, uma forma de ser ativo que não passa necessariamente pelas preocupações constantes com a prevenção da saúde. Estas idosas demonstram críticas à ideia de que a velhice é apenas uma questão ou problema de saúde e lutam por maior respeito, dignidade e reconhecimento perante a sociedade. Fazem isso através das suas atuações no Fórum e Conselho, fiscalizando, avaliando e propondo ações, políticas e programas voltados às pessoas com 60 anos ou mais.

O principal instrumento norteador de suas atuações é o Estatuto do Idoso, documento que alguns destes idosos ajudaram a elaborar. O Estatuto do Idoso é um documento que visa assegurar direitos, garantias fundamentais e proteção aos idosos. Suas disposições, sobretudo sobre assistência e medidas de proteção, partem do pressuposto de que o idoso é alvo de todo tipo de negligência, violência, abuso e falta de respeito da família e sociedade.

Uma ação muito comum dos membros do Fórum e do Conselho é a distribuição do Estatuto do Idoso, na tentativa de divulgar o documento e informar idosos e não idosos sobre suas disposições. Certa vez uma idosa, membro do Fórum Estadual disse: “Eu sempre digo ao idosos: leiam o Estatuto, se apropriem dele, andem com ele na bolsa. É importante que a gente conheça nossos direitos”. Apesar dos esforços de divulgação do Estatuto, do Fórum e Conselho Estaduais, os dois espaços ainda são de difícil acesso para pessoas que não façam parte do círculo de relações que compõem o grupo ou até mesmo para os idosos que se pretendem proteger. Ambos espaços se organizam de doações, têm orçamentos independentes de financiamento governamental e poucos recursos para realizar sua divulgação.

Na condição de uma pesquisa em andamento, ainda há significativo caminho a percorrer e questões a serem analisadas. A pesquisa parte de uma investigação de instituições envolvidas em uma rede de discussão, elaboração e prática de políticas públicas para idosos na cidade do Rio de Janeiro. No decorrer do desenvolvimento da pesquisa, o foco vai se modificando e agora o interesse

é compreender as trajetórias e atuações das pessoas que atuam dentro destas instituições e se identificam como militantes dos direitos dos idosos.

Neste sentido, algumas perguntas ainda carecem de compreensão. São elas: Como se constrói um militante pelos direitos dos idosos? Quem são as mulheres que militam pelos direitos dos idosos? Quais são suas histórias de vida, trajetórias, relações sociais e cotidianos? A que instituições estão ligadas? Que assuntos são preocupações nas suas militâncias? O que é ser velho para as mulheres desse movimento social? Do que o velho precisa? Como são suas atuações políticas e sociais? Que estratégias de ação utilizam?

Acreditando que a velhice não é uma experiência homogênea - como já demonstraram diversos estudiosos do envelhecimento (DEBERT, 1999; MOTTA, 2002; ALVES; LINS DE BARROS, 2012;), isto é, pode apresentar diversas e diferentes características, necessidades e projetos – seria a militância pelos direitos dos idosos uma forma específica de envelhecer? São perguntas que dão motivação e continuidade a esta investigação.

### **Referências Bibliográficas**

ALVES, Andréa Moraes; LINS DE BARROS, Myriam Moraes. **Aprender com as velhices.** Comunicações do ISER. As máscaras da intolerância, número 66, ano 31, 2012. p. 31-38.

DEBERT, Guita Grin. **A reinvenção da velhice: socialização e processos de reprivatização do envelhecimento.** São Paulo: EDUSP, 1999.

LATOUR, Bruno. “La tecnologia es la sociedade hecha para que dure” (pp. 109-142), in DOMÈNECH, Miquel; TIRADO, Francisco Javier (orgs.). **Sociología simétrica: Ensayos sobre ciencia, tecnología y sociedad.** Gedisa Editorial, Barcelona, 1998.

LENOIR, Remi. “Objeto Sociológico e Problema Social”. In: CHAMPAGNE, Patrick. et al. **Iniciação à Prática Sociológica.** Petrópolis: Editora Vozes, 1998. p. 59 -106.

MOTTA, Alda Britto da. “Envelhecimento e Sentimento do Corpo”. In: MINAYO, Maria Cecília de Souza; COIMBRA JR, Carlos E. A. (Org.) **Antropologia, Saúde e Envelhecimento.** Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2002. p. 37-50.